pelo corte da estrada. Para tanto deverá ser organizada uma reunião específica, com o IAP, o COLIT e o CEPHA para discutir somente este assunto. Dr. Paulo Sidney também manifestou-se para alertar sobre a Estrada da Graciosa e os inúmeros acidentes que ocorrem nas curvas por causa do revestimento em paralelepípedo, sugerindo que estas áreas venham a ser asfaltadas. Demonstrou também sua preocupação com o impacto que os ônibus da empresa Graciosa causam ao trafegar pela Serra da Graciosa. Nada mais havendo a constar a Senhora Secretária de Estado da Cultura, deu por encerrada a reunião e eu Rosina Cocli Alice Parchen, lavrei a presente ata que vai assinada pelos conselheiros presentes à próxima reunião.

Ata da 131ª Reunião do CEPHA, realizada em 27/05/2008.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às 16:00 hs, reuniu-se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, em sua centésima trigésima primeira reunião, na sala de reuniões da SEEC, situada à Rua Ébano Pereira, 240. Presentes à reunião a Secretária de Estado da Cultura e Presidente deste Conselho, Sra. Vera Maria Hoj Mussi Augusto, e os seguintes conselheiros: José da Pastina Filho, Oldemar Blasi, Eduardo Salamuni, João José Bigarella, Ana Cláudia Graf, Sérgio Luiz Cordoni, Carlos

Frederico Marés de Souza Filho, Rogério Luiz Tonetti, Paulo Sidney Ferraz, Tereza Urban, Luiz Alberto Kleina, João Larillo e Ana Luiza F. Sallas. Justificaram a ausência os conselheiros Roseli Terezinha Boschilia, João Bastista, digo, Batista Lampos, Alceu Maron, Maria Tarcisa Bega. A Secretária de Estado da Cultura, Professora Vera Maria Haj Mussi Augusto, deu início à reunião, com a leitura e discussão da ata da reunião anterior. Professor Blasi, fez uso da palavra para apresentar uma fotografia feita por ele de um dos quiosques já construído na orla marítima de Matinhos. Houve inversão da pauta, passando-se ao assunto relativo ao pedido de tombamento do prédio da Biblioteca Municipal de Tibagi, cujo parecer foi elaborado e apresentado pelo conselheiro Rogério Tonetti; Colocado em discussão pela Sra. Vera Mussi, vários conselheiros manifestaram-se demonstrando preocupação quanto à recuperação do imóvel, de quem seria a responsabilidade, pela manutenção. O conselheiro Rogério Tonetti informou que há um Termo de comodato entre o Estado do Paraná e Prefeitura de Tibagi onde a responsabilidade sobre o bem é do município. A conselheira Tereza Urban pediu atenção para com o edifício ao lado da Biblioteca, que tem uma função social para a comunidade e que as recomendações deste Conselho não poderão ser hostis no que se refere à sua conservação. O conselheiro La Pastina sugeriu que o citado edifício seja requalificado. A conselheira Tereza Urban sugeriu que, na medida da possibilidade, se pense na situação da antena, que também tem uma função social e acha perigoso recomendar a retirada da antena. La Pastina concordou afirmando que a antena é pré existente e que a recomendação deveria utilizar o termo "é desejável a retirada" e que

também deverá constar no parecer "Que se realizem estudos para o deslocamento da antena". Professor Blasi sugeriu que a Brasil Telecom assuma a recuperação do edifício da biblioteca. O conselheiro João Lasillo, cumprimentou o conselheiro relator pelo seu parecer e sugeriu que se busquem apoios locais e que quando houver a intervenção no bem, que se expresse a valorização da ação do investimento, com placa colocada no bem, por exemplo. A conselheira Tereza fez uso da palavra para reforçar a importância do envolvimento da comunidade e que este Conselho deveria propiciar condições para que a comunidade possa abraçar estas causas da preservação; o Conselho poderia dedicar-se a estudar orientações, criar instrumentos, pensar em balizamentos e na educação patrimonial. A Secretária da Cultura, neste momento, convidou, então, os membros do CEPHA a dar sugestões para a confecção de um manual resultante das oficinas de cultura, onde já se pratica a educação patrimonial. O conselheiro Marés de Souza afirmou que o Tombamento é o momento para se dizer o porque se está tombando um bem e que no processo, antes da inscrição no livro do tombo, sejam descritas as áreas de entorno com as condições e critérios de ocupação e de uso. A Coordenadora do Patrimônio Cultural, arquiteta Rosina Parchen, informou aos conselheiros que ao ser inscrito o bem no livro do tombo respectivo, é feita a delimitação e a descrição da área envoltória. O conselheiro Eduardo Salamuni manifestou-se dizendo ter certeza de que a Prefeitura terá empenho em cuidar do prédio com a participação da comunidade e de acordo com as recomendações do Conselho. O tombamento do prédio da Biblioteca Municipal de Tibagi, juntamente com o prédio do Reservatório de Água, foi aprovado e seu parecer vem Trascrito a seguir, na in-

tegra: F BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE TIBAGI. Prédio construído em 1915 no Governo do Dr. Carlos Cavalcanti, sendo elevado à categoria de Grupo Escolar com o nome de "Telêmaco Borba". Somente em 13 de outubro de 1965 através da lei nº 440, sancionada pelo então Prefeito Municipal Homero Televi Campos, a Biblioteca foi oficialmente criada e denominada Biblioteca Pública Municipal "Historiador Luiz Leopoldo Mercer", sendo instalada nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores. Em fins de 1967 e início de 1968 foi efetuada uma campanha municipal, destinada a angariar fundos para a ampliação do acervo, quando foram obtidas valiosas doações de pessoas de Barro Preto, Ventania, Alto de Amparo e Tibagi. Com essas doações, o acervo elevou-se substancialmente, todo colocado à disposição dos interessados após o acompanhamento classificatório e catalogação de profissionais da Biblioteca Pública do Paraná. A Biblioteca chegou a ser transferida para o Parque Municipal de Maquinas, onde atendeu a comunidade em caráter precário até sua transferência para suas instalações atuais no prédio construído em 1915 no Governo do Dr. Carlos Cavalcanti, que abrigava o antigo Grupo Escolar Telêmaco Borba, em 1981. Foram implantados, na época, um sistema de restauração local e as divisões infantil e de referência, além de filiais em Ventania e Caetano Mendes, com atendimento em salas anexas aos colégios. Em 1972, a Biblioteca foi registrada no Instituto Nacional do Livro em Brasília, ficando apta a receber doações de livros daquele órgão. Atualmente está dividida em sessões infantil e infanto-juvenil, sessões de pesquisa e empréstimo e sessão de internet, oferecendo três computadores com conexão rápida à internet. Prédio de arquitetura eclética, com tendência neoclássica, hoje se encontra em bom estado de conservação, sendo de construção padrão do

Governo do Estado, tendo como já tombados outros dois prédios com a mesma característica, sendo o Grupo Escolar Dr Claudino dos Santos (Ipiranga - Inscrição Tombo 113 - II) e o Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes (Palmeira - Inscrição Tombo 152-II), ambos de propriedade do Governo do Estado do Paraná. A titularidade da Biblioteca Municipal de Tibagi encontra-se ainda em análise por parte da Assembléia Legislativa ao veto do Governador do Estado em não conceder a titularidade ao município, vetando o Projeto de lei nº 207/06, por julgá-lo de interesse público e pelo fato que o imóvel cuja doação é pretendida poderá ser utilizada pela própria administração estadual. PRÉDIO DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA. A Câmara Municipal, em sessão extraordinária realizada a 24 de setembro de 1914, votou a lei nº 2, aprovando o contrato celebrado pela Municipalidade com o mestre de obras Júlio Schoscepen, para a construção do reservatório de água e da rede de abastecimento da cidade, sob a supervisão e direção de Edmundo Alberto Mercer. As obras foram iniciadas em 1913 e concluídas em 1915. O prédio serviu como reservatório de água da cidade de Tibagi até o ano de 1972. Foi restaurada para ponto turístico no ano de 1986. PARECER: Em face de já estarem dois edifícios, da mesma região, tombados com as mesmas características, por este colendo conselho, dou como parecer FAVORÁVEL AO TOMBAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL "HISTORIADOR LUIZ LEOPOLDO MERCER", bem como o TOMBAMENTO DO PRÉDIO DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA, garantindo assim a preservação patrimonial da região. RESSALVAS: Verificamos "in loco", algumas alterações feitas no prédio original da Biblioteca Municipal que poderão ser facilmente resolvidas, para garantir a máxima originalidade do imóvel, providências essas que deverão ser tomadas antes da oficialização do tombamento, se assim o Conselho Estadual do Patrimônio entender: Retirada do muro, já que este muro não tem utilidade nenhuma,

pois o prédio em volta é totalmente aberto e sem muros, bem como de cano de esgoto (100mm) que não tem serventia nenhuma, já que o mesmo não está ligado na rede de esgoto. Retirada de fiação elétrica, bem como de 2 holofotes instalados na parede do prédio que estão interferindo na visualização do edifício. Os holofotes poderão ser instalados no chão. Retirada de meia parede feita de forro, que está interferindo na divisão original dos espaços internos. Retirada de fiação elétrica e cabeamento de internet, afixados na parede, podendo ser instalados por baixo do piso de madeira, bem como o término dos rebocos feitos para cobrirem as rachaduras, sendo que hoje permanecem sem cal fino e pintura. Recomendo também a retirada, a médio prazo, do prédio, bem como da antena, instalados entre a caixa d'água e a Biblioteca Municipal, e também das instalações de prédio que hoje abriga espaço de aulas, situado à direita do edifício. É O PARECER. Curitiba, 28 de abril de 2008. Rogério Luís Tonetti. Conselheiro do CEPHA. >> Passou-se ao próximo assento da pauta, solicitação de tombamento da Capela Santa Cruz, em Maringá. O conselheiro relator do processo Rogério Tonetti passou à leitura de seu parecer, aqui transcrito na íntegra: RESUMO. A arquitetura em madeira configura-se como um dos bens culturais do noroeste do Paraná. Essas construções caracterizam a paisagem urbana e rural da região, e testemunham o período de ocupação inicial de suas terras. O processo de desmatamento e de alteração dessa paisagem forneceu, ao mesmo tempo, a matéria prima para a construção dessa nova realidade. O número de serrarias que se instalou na região favoreceu o uso e o domínio da técnica construtiva em madeira. Franca Luz (1997) apresenta um estudo onde aponta que a cidade de Maringá possuía, ainda em 1953, cerca de 11 serrarias. Junto com esse

estratirismo, foi desenvolvido o domínio da técnica construtiva e uma tipologia própria, que caracterizam a cultura arquitetônica da região. Dentre as diversas edificações construídas com esta técnica e este material, as capelas se constituem com os exemplares mais elaborados deste processo. A CAPELA SÃO BONIFÁCIO. As obras de construção da capela São Bonifácio iniciaram em 1939 e foram concluídas em fevereiro de 1940, data que aparece ornamentando o acesso principal da capela. A São Bonifácio foi a primeira edificação da religião católica em Maringá. Localizada em zona rural, na Estrada Vale Azul, o lote 1-A foi o pripro, digo, primeiro adquirido da Companhia de Terras Norte do Paraná. A capela fazia parte de um complexo rural, denominado Fazenda São Bonifácio. Além da capela, existiam no local a casa do padre e a casa dos empregados. A capela servia à comunidade local, que se dirigia à fazenda para os cultos e afazeres litúrgicos. Foi nesse local que os habitantes do núcleo inicial da cidade realizaram as primeiras missas, batizados e casamentos dos moradores. A capela foi edificada na época em que Maringá ainda se encontrava vinculada ao município de Mandaguari. A capela foi construída em madeira, possuindo paredes duplas, sendo que externamente as tábuas foram assentadas na horizontal e internamente na vertical. O sistema é travado internamente por contraventamentos (estruturas inclinadas que conferem rigidez ao conjunto). A modulação da estrutura portante é formada por seis elementos de sustentação no sentido longitudinal (sendo que um se sobressai ao corpo da igreja para formar o adro) e quatro no sentido transversal. As seis aberturas da nave são configuradas por janelas com bandeiras ogivais e a porta principal é de verga reta, com duas folhas. A CAPELA SANTA CRUZ. A capela Santa Cruz foi edificada na região denominada Maringá Velho. Sua construção data da década de 1940, época

em que se fixaram nesse bairro os primeiros habitantes da cidade. Em 1945 era levantada uma cruz de madeira no local, onde futuramente seria edificada a capela católica. O terreno para a edificação foi doado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (a Companhia responsável pela colonização doava terrenos para empreendimentos de interesse público). A capela propriamente dita foi construída em 1945-46. A construção surgiu a partir da participação da comunidade, que se mobilizou, realizando quermesses, festas e doações, e possibilitou a construção da primeira capela em zona urbana, no cruzamento da avenida Brasil com a rua Santa Joaquina de Vedruna. A capela Santa Cruz possui uma conformação retangular, com altar, sacristia e campanário localizados no corpo principal da edificação. O acesso ocorre a partir de um alpendre que não aparece nas imagens antigas da obra. Nestas percebe-se a cruz de madeira existente na cumeeira do telhado. A edificação possui elementos da sustentação vertical (seis na fachada principal e seis nas laterais) e revestimento com tábuas assentadas horizontalmente, como na capela São Bonifácio. O campanário localiza-se nos fundos da edificação, contrapondo-se ao coro que se localiza junto à entrada. Além do acesso principal, a construção possui dois acessos laterais (nave). Todas as esquadrias da capela possuem vergas retas. A capela Santa Cruz encontra-se protegida por legislação municipal. Sua preservação foi efetivada através de uma intervenção de restauro, realizada a partir de um laudo elaborado em 1987. As obras foram concluídas e a igreja inaugurada em 1991.

Análise formal e construtiva. A análise das capelas é balizada principalmente no método realizado por Antonio Carlos Zani (2003). Seu trabalho consiste em um estudo onde defende que, no norte do Paraná, no período compreendido entre os anos de 1930 e 1970, desenvolveu-se uma

forma de construir e habitar edificações em madeira, que se configurou como uma cultura arquitetônica regional. Essa especificidade cultural local ocorreu devido a um conjunto de fatores relacionados à ocupação humana na região. Como comenta Zani "aproveitando os recursos materiais locais, de modo a obter rapidez e facilidade construtiva, conseguiram criar, com a produção desta arquitetura uma linguagem própria capaz de expressar uma cultura arquitetônica local, dominando a técnica de trabalhar a madeira e criando um repertório arquitetônico rico e singular".

O trabalho de Zani (2003) consiste em um inventário arquitetônico, que além de registrar as edificações mais representativas da região, analisa as tipologias empregadas na construção de capelas e igrejas, urbanas e rurais. As soluções propostas para o partido arquitetônico das capelas, segundo a análise de Zani (2003) são muito semelhantes, onde relata que: "a simplicidade do programa e o partido das capelas, aliados a composição de suas fachadas, marcada pela textura das tábuas e mata-juntas e do uso das cores tanto interna como externa, conferem-lhes uma qualidade plástica ímpar na por, digo, arquitetura popular religiosa e marcam a paisagem dos patrimônios e bairros rurais da região norte-paranaense" (2003, p. 147). Ao confrotarmos as capelas levantadas no trabalho de Zani com as capelas São Bonifácio e Santa Cruz notamos que possuem diferenças muito claras- sistema construtivo e configuração formal. Essas diferenças fazem das capelas estudadas exemplares únicos na região. A figura do Padre Emílio Clemente Scherer (nascido na Alemanha em 1888), empreendedor e construtor desses primeiros edifícios foi primordial para esta diferenciação. Ele de alguma forma imprimiu uma influência germânica nessas construções. Mesmo o nome da primeira capela que construiu revela essa influência: São Bonifácio (673-754) ficou conhecido como o introdutor do catolicismo na Alemanha. Quanto aos elementos construtivos

mais singulares podemos citar o processo estrutural e de vedação tipo *ballon frame* (ossatura de madeira intertravada revestida internamente por lambris assentados no sentido vertical, e externamente por tábuas assentadas no sentido horizontal). Todas as 16 capelas levantadas por Zani usam um processo mais simples de vedação tipo tábua mata-junta (uma única linha de vedação formada por tábuas pregadas no sentido vertical guarnecidas por sarrafos). No aspecto de composição formal, o elemento mais destacado é a torre do campanário. Nas capelas empreendidas pelo Padre Scherer, as torres dos sinos localizam-se ao fundo do corpo principal das capelas, enquanto nas capelas levantadas por Zani os campanários sempre se encontram mais à frente da edificação. Outro aspecto a ser notado refere-se à estrutura e forma de cobertura, onde a forte inclinação do telhado lembra as típicas construções vernaculares alemãs. Mesmo entre as duas capelas estudadas podemos levantar algumas particularidades: a São Bonifácio (1938) mesmo sendo de porte menor parece guardar uma sofisticação construtiva maior, obra quase solitária de Padre Scherer. A Santa Cruz, descendente técnica e formalmente de sua antecessora, construída alguns anos mais tarde (1945-46), apresentou em sua realização uma maior participação da comunidade e, consequentemente, uma simplificação de detalhes e sistemas, denominador comum da cultura construtiva e arquitetônica de seus vários empreendedores carpinteiros. A guisa de interpretação pode-se dizer que a capela Santa Cruz parece amaneirar o rigor da primeira. O entendimento desse processo, bem como da construção desse vocabulário arquitetônico na região, fundamentam a importância da preservação dessas obras. Encaminhamentos: a preservação do patrimônio cultural. "Se por um lado, a história de uma cidade

de menos de 50 anos é, em tese, fácil de se reconstituir, por outro lado, devido à rapidez com que as transformações ocorrem, muito do que se poderia preservar como fonte de pesquisa se perde. Talvez seja mais fácil obter um documento sobre o Rio de Janeiro dos tempos coloniais do que a respeito da fase de implantação de uma cidade pioneira da década de 40, no norte do Paraná. Da mesma forma, os vestígios materiais que ficaram dessa época são poucos". (Luz, 1997, p. 7). O relato acima revela um aspecto importante relativo à preservação do patrimônio arquitetônico de Maringá: a questão temporal, ou seja, a velocidade com que as transformações ocorreram e vem ocorrendo na cidade. A preservação das edificações em madeira possibilita que tenhamos um registro material do processo de colonização desta região, da ocupação de Terras inóspitas, do desmatamento da floresta que, a partir da matéria-prima disponível, possibilitou a edificação da cidade primitiva. Aquela cidade que ainda podemos ver em registros fotográficos antigos, onde a mata densa era o pano de fundo da primeira ocupação humana. O homem, sempre criando estratégias de adaptação ao meio, desenvolveu e aprimorou a técnica construtiva de edificações em madeira, já que este era o material disponível em larga escala na região. A carpintaria foi o suporte à ocupação inicial da cidade. Hoje, as edificações em madeira encontram-se em desuso, seja pelo alto custo do material, seja pela substituição por novas técnicas de construção. A preservação dessas construções permite que se salvaguarde o bem cultural - patrimônio material - e que se valorize a forma de construir na região - a técnica construtiva, patrimônio imaterial. Apesar das duas capelas estudadas serem preservadas por legislação municipal, ainda não se encontram inscritas no Livro de Tombo do município. A capela Santa Cruz foi restaurada (1987-1991) e a capela São Bonifácio também passou por interven-

ção na década de 90. A primeira, por se localizar em zona urbana é uma referência mais presente no cotidiano da população. A segunda, apesar da proximidade à zona urbana é menos lembrada. Ambas são representativas desse acervo patrimonial que se deseja preservar. Preservar as obras que permitem a leitura da história da cidade é um aspecto fundamental para garantir a memória e a identidade de uma comunidade. Para tanto é imprescindível que se compreenda que esta interpretação só é possível se as mesmas permanecerem no local onde foram construídas: a capela São Bonifácio inserida num contexto rural pouco adensado, de baixa densidade populacional e a capela Santa Cruz ao lado dos seis quarteirões que formaram o núcleo inicial da cidade, o Maringá Velho. Transposições ou alterações do tecido urbano circundante são fatores que poderiam vir a impedir essas leituras. Reconhecer essa importância e salvaguardar o patrimônio cultural para as gerações futuras é um compromisso e uma responsabilidade dos dias de hoje. No caso de Maringá, acreditamos que as substituições constantes das obras de madeira que conformam o tecido urbano estejam vinculadas à forma como ocorreu a ocupação local, onde essas edificações eram concebidas com caráter provisório. Essa concepção parece ter se mantido no imaginário da população local, que almeja o progresso para a cidade como nos primeiros tempos da ocupação, esquecendo de preservar os testemunhos materiais que revelam seus mais de cinquenta anos de história. Além das capelas, impõe-se o desafio de identificar outros testemunhos dessa arquitetura e adotar medidas urgentes que garantam a sua preservação. As construções em madeira, em especial as capelas São Bonifácio e Santa Cruz, testemunham na sua materialidade a habilidade e a qualidade de uma técnica construtiva que foi o suporte da ocupação

territorial de Maringá e que, pouco a pouco, vem se perdendo. CONSIDERAÇÕES. O patrimônio histórico e artístico de um povo é mais do que um conjunto de antiguidades ou mera coleção de curiosidades que a corrente do tempo foi largando pela vida. Ele é responsável pela continuidade histórica de uma comunidade que se reconhece como tal e corporifica seus ideais e valores, transcendendo as gerações. Dessa forma, inata ao patriotismo é a ética, convida ao saber e à reverência. Face a seu caráter de participantes cotidianos da vida das pessoas, os elementos do patrimônio talvez sejam, ao lado da música popular, os bens culturais mais disponíveis à fruição da população. São os ícones que personalizam as cidades, são os pontos referenciais nos percursos do dia-a-dia. São, portanto, importantes fatores de coesão social, de orientação e identidade, sem os quais a estabilidade psíquica e os valores existenciais de cada um não existiriam. Por isso a sociedade se mobiliza tanto em torno do patrimônio e com ele se sensibiliza. Perguntamo-nos qual seria o valor histórico para a preservação da Capela Santa Cruz hoje? Qual seria o interesse ao Estado preservar uma capela de arquitetura simples? Parecer: Pelo tombamento do imóvel denominado Capela Santa Cruz, na cidade de Maringá, com as seguintes ressalvas: 01 - Retirada imediata de tela de projeção presa em cima de uma tela conforme foto, dando como opção o uso de suporte desmontável. 02 - Recolocação do Confessionário ao seu lugar de origem, pois hoje se encontra guardado com objetos dentro, sendo que no próprio processo observa-se em foto antiga o local exato onde se encontrava o mesmo. 03 - Retirada da placa de obra que está interferindo na visualização da Igreja. Lembramos aos nobres conselheiros que esta edificação encontra-se incrustada no meio de prédios e avenidas com alta densidade de tráfego, e como tal é um edifício que poderá sofrer alterações na lei mu-

nicipal e poderá ser objeto de modificação. Curitiba, 28 de abril de 2008. Rogério Luís Tonetti. Conselheiro do CEPHA.» Após a leitura passou-se à discussão do assento. O conselheiro Oldemar Blasi observou que as capelas têm decisão pelo tombamento pelo município de Maringá, porém ainda não estão inscritas no livro tombo. O conselheiro Ia Pastina houve por bem recomendar que o município faça a proteção dos bens. Carlos Frederico Marés de Souza Filho depreendeu do parecer que o bem tem valor estadual, o que também foi consenso dos demais conselheiros. Padre Kleina apoiou a decisão pelo tombamento. Ia Pastina parabenizou o conselheiro Rogério pelo seu parecer e recomendou que se inicie a instrução do processo de tombamento da Capela São Bonifácio, referenciada no processo e parecer da Capela Santa Cruz. Colocado em votação, foi aprovado o tombamento da Capela Santa Cruz, em Maringá. Em outros assuntos da pauta, a arquiteta Rosina Parchen, Coordenadora do Patrimônio Cultural da SEEC, apresentou aos conselheiros vários processos com solicitação de tombamento, consultando-os sobre a pertinência de serem ou não instruídos para tombamento, entre eles estão a Igreja da Colônia Marcelino, em São José dos Pinhais, o edifício do Observatório Astronômico, em Ponta Grossa e o Trecho da estrada de ferro entre Guarapuava e Guaraqi. Os conselheiros foram unânimes em que a CPC instrua os processos para serem analisados pelo Conselho. A Senhora Presidente do CEPHA sugeriu que a cada decisão de tombamento, o Conselho, para se aproximar mais das comunidades, convoque as Câmaras Municipais e que algum conselheiro faça uma breve explanação para que a comunidade sinta-se agraciada com o reconhecimento do Estado ao valor cultural do bem que se preserva. Ia Pastina concordou, acrescentando que isso vem ao encontro da proposta da

conselheira Tereza Urban. Nestes termos, deveremos fazer uma reunião em Coronel Vivida, levando um Diploma para a cidade pela iniciativa na preservação do sítio geológico que recentemente teve homologado o seu tombamento. Seria bom, segundo os conselheiros, que a SEEC preparasse placas para identificar os bens tombados, a exemplo do que já faz o IPHAN. Sugeriram ainda que os tombamentos sejam publicados em Diário Oficial do Estado. O arquiteto Ivo Pastina, comunicou que a 10ª SR do IPHAN, no Paraná, recebeu recentemente o inventário do Patrimônio Ferroviário do Estado, elaborado por uma equipe técnica contratada para a realização do trabalho. Que este material está disponível para colaborar com os processos relativos à ferrovia que vierem a ser instaurados. Fez mais uma comunicação aos conselheiros a respeito da visita feita pelo Professor Andréa Papi, da Itália, um dos diretores do Instituto Italo Latino Americano à Secretaria de Estado da Cultura, com a finalidade de estabelecer a realização de oficinas de formação de mão de obra técnica na área do restauro; Que nesta semana realizar-se-á uma reunião, em Foz do Iguaçu, com os presidentes dos Comitês Nacionais do ICOMOS das Américas com o objetivo de redigir recomendações ao Congresso que será realizado no Canadá, em outubro próximo. Antes de se encerrar a reunião, o conselheiro Paulo Sidney fez uso da palavra para alertar sobre o tráfego de ônibus de passageiros de médio e grande porte na Estrada da Graciosa, que poderá ocasionar um grande problema para a pequena Estrada. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Secretária da Cultura, encerrou a reunião e eu Rosina Coeli Alice Parchen, lavrei a presente ata que vai assinada pelos conselheiros presentes e a próxima reunião.

Vera Mussi Augusto

Ata da 132ª Reunião Extraordinária do CEPHA, realizada em 11/10/2006.

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, às 16:00 horas, reuniu-se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, em sua centésima trigésima segunda reunião, em caráter extraordinário, na sala de reuniões da SEEC, situada à Rua Cabano Pereira, 240. Presentes à reunião a Sra. Secretária de Estado da Cultura e Presidente deste Conselho, Vera Maria Haj Mussi Augusto, e os seguintes conselheiros: José La Pastina Filho, Oldemar Blasi, Eduardo Salamuni, João José Bigarella, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Paulo Sidney Ferraz, Luiz Alberto Kleina e João Casillo. Justificaram a ausência os conselheiros Sérgio Luiz Cordoni, Tereza Urban, Ana Cláudia Graf, Rogério Luiz Tonetti, Roseli Terezinha Boschilia, João Batista Campos, Ana Luiza F. Sallas, Alceu Maron e Maria Tarcisa Bega. A Secretária de Estado da Cultura, Professora Vera Maria Haj Mussi Augusto, deu início à reunião, com a assinatura, no livro de posse, dos conselheiros reconduzidos pelo período de mais dois anos. Em seguida passou-se à leitura e discussão da ata da reunião anterior. O Conselheiro Paulo Sidney Ferraz solicitou algumas retificações na ata da reunião 131, as quais já foram feitas. Passou-se ao terceiro assunto, relativo ao Repatriamento de peças do Museu das Missões. O arquiteto La Pastina, Superintendente do IPHAN-PR, fez a colocação do assunto aos conselheiros, informando